

1 **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**
3 **NO DIA DOZE DE DEZEMBRO DE 2013, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE – RJ.** Aos doze dias
4 do mês de dezembro de dois mil e treze, instalou-se a 3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva
5 (CTC) do CEIVAP, em Resende/RJ, com a **presença dos seguintes membros:** Minas Gerais – Paulo Afonso
6 Valverde Jr. (CESAMA), Virgílio Furtado (AMPAR), Deivid Oliveira (FIEMG), Matheus Machado Cremonese
7 (PREA); Rio de Janeiro – Leonardo Fernandes (INEA), Eduardo Schlaepfer Dantas (CEDAE), Vera Lúcia
8 Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida), Roberto Machado (Instituto Carioca), Humberto Dias (Prefeitura
9 de Barra do Piraí); São Paulo – Zeila Piotto (CIESP Taubaté), Danilo Vergílio (FIESP), Renato Veneziani
10 (SABESP), Teresa Cristina Brazil (EEL/USP), Rutnei Morato Erica (SOAPEDRA); **dos seguintes convidados:**
11 Ricardo Brasil (ANA), Matheus Ambrosio (Crescente Fértil), Luis Felipe Cesar (Crescente Fértil), João Gomes
12 (Uenf/GTAI), Tiaraju Fialho (Instituto Oikos), Elias (APA da Mantiqueira), André Marques (AGEVAP), Aline
13 Alvarenga (AGEVAP), Aline Sousa (AGEVAP), Raíssa Galdino (AGEVAP); **e justificadas as seguintes**
14 **ausências:** Luiz Roberto Barretti (ABES/SP), Lilian Márcia Domingues (IGAM/MG); **para tratar da seguinte**
15 **pauta: 1** – Aprovação das atas das últimas reuniões; **2** – GT Pagamento por Serviços Ambientais; **3** – GT
16 Monitoramento da Qualidade de Águas; **4** – Apresentação da proposta de manutenção dos valores pelo uso da
17 água e o índice de reajuste; **5** – Calendário de reuniões para 2014; e **6** – Assuntos Gerais. Conferido o quórum,
18 o Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, Sr. Paulo Afonso Valverde Júnior, abriu a 3ª
19 Reunião Ordinária da CTC de 2013, agradecendo a presença de todos e passando para a discussão do primeiro
20 item da pauta. **ITEM 1: Aprovação das atas das últimas reuniões** – As minutas das atas da 2ª Reunião
21 Extraordinária conjunta da Câmara Técnica Consultiva e Grupo de Trabalho de Articulação Institucional do
22 CEIVAP, realizada nos dias 24 e 25 de setembro de 2013, e 3ª Reunião Extraordinária conjunta da Câmara
23 Técnica Consultiva e Grupo de Trabalho de Articulação Institucional do CEIVAP, realizada no dia 6 de
24 novembro de 2013 foram aprovadas depois de terem sido feitas as correções solicitadas. **ITEM 2: GT**
25 **Pagamento por Serviços Ambientais** – O Sr. Paulo Valverde (Cesama) fez um breve relato sobre formação do
26 Grupo de Trabalho referente a Pagamentos por Serviços Ambientais e o lançamento do Edital. O Sr. Virgílio
27 Furtado (AMPAR) relatou que recebeu um e-mail enviado pela AGEVAP em fevereiro de 2011, que constava
28 quem estava designado para acompanhar os trabalhos de elaboração do PSA para o estado de Minas Gerais, e o
29 trabalho então foi consolidado no prazo determinado e foi dito que seria publicado rapidamente, mas já se
30 passaram dois anos. Continuou dizendo que foram aprovados três documentos distintos por estado, e a seu ver,
31 deveria ser um Edital único. Recordou-se de uma situação em que aparece um documento acima da decisão da
32 plenária do Comitê, e em tempo questionou quando o CEIVAP aprovou esse documento. A Sra. Zeila Piotto
33 (CIESP Taubaté) citou que a deliberação aprovada pela plenária fazia referência ao montante por estado, e foi
34 muito discutido não ter um modelo por estado (RJ, SP e MG). Na ocasião a AGEVAP trabalhava para viabilizar
35 um edital por estado. A plenária deliberou os valores, e a forma de fazer cabe a Câmara Técnica discutir,
36 verificando qual a melhor forma de tratamento da decisão da plenária. A pedido do Coordenador da Câmara
37 Técnica Consultiva – CTC o Sr. Hendrick Mansur (TNC), convidado para esta reunião, iniciou uma
38 apresentação referente à Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) mostrando a aplicação do programa,
39 experiências, metodologias e resultados. O Sr. André Marques (AGEVAP) relatou que quando entrou na
40 AGEVAP se deparou com muitos projetos iniciados e sem metodologia definida para execução, e sua prioridade
41 foi dar andamento aos projetos que estavam parados. Disse que não sabia da existência das contribuições já
42 apresentadas por cada Estado e preparou o Edital baseado em suas experiências profissionais, mas que achava
43 de extrema importância a opinião da CTC e de um GT quanto à funcionalização do Edital. Dificilmente os
44 municípios sozinhos conseguem fazer, a não ser que o mesmo abrace a ideia. O projeto foi pensado com o
45 objetivo de facilitar o processo para os municípios. O intuito foi criar um edital onde a cidade tem obrigações;
46 se inscrever, relacionar os proprietários de terra e depois fazer uma sugestão de modelo de lei para não ficar
47 cada município com seu critério, padronizar os critérios. Basicamente se inscrever no edital de chamamento da
48 AGEVAP, fazer a relação dos proprietários de terra, e aprovar a lei autorizativa na Câmara Municipal para
49 realizar os pagamentos pela prefeitura. Citou que outra ideia seria a AGEVAP abrir um processo licitatório onde
50 a própria agência contrataria a empresa que contrataria pessoas na região para trabalhar, para fazer o plantio e
51 outras ações. Foram apurados os custos e a ideia era publicar um Edital de Chamamento para os municípios
52 interessados em PSA. A AGEVAP acompanharia todo o processo com uma empresa controlando as
53 informações. Essa foi a ideia inicial, mas está aberta a discussões. O Sr. Paulo Valverde (Cesama) perguntou
54 qual o critério para hierarquizar as áreas e municípios, e o Sr. André Marques (AGEVAP) respondeu que a
55 prioridade de hierarquização será para área de proteção de manancial de água e abastecimento público, por ser
56 área de conservação, APA, parques, propriedade de agricultura familiar. O IDH seria considerado para casos de
57 desempate. Comentou ter dúvidas em relação ao IDH como critério porque existem municípios com potencial
58 grande, mas que não tem onde plantar. Ressaltou que o critério de hierarquização é algo preocupante, mas em
59 seu ponto de vista, é fundamental ser prático na definição desses itens, uma vez que o principal objetivo é dar
60 andamento ao processo. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) concordou com a colocação inicial do
61 Sr. Virgílio Furtado dizendo ser pertinente porque não pode ser desconsiderado algo que já foi aprovado,
62 deliberado pela plenária do Comitê. Concordou com o Sr. André Marques também, opinou falando que seria
63 interessante envolver o sindicato rural de cada município, pois ninguém melhor que eles, que estão habituados a

64 lidar com a terra, para poder fazer esse tipo de atividade. O Sr. Matheus Ambrosio (Crescente Fértil) comentou
65 que o nível de criticidade da Bacia seria um bom argumento para ser usado como critério de desempate. Há
66 distintas áreas rurais nos municípios e muitas vezes não há mão de obra dentro da cidade, então o Sindicato
67 Rural realmente seria uma boa ideia. O Sr. André Marques (AGEVAP) disse que a prefeitura sempre vai estar
68 envolvida por causa da lei, a prefeitura tem que participar, o relatório tem que vir da prefeitura, ela tem que estar
69 envolvida, e algum representante tem que acompanhar. Expôs a dificuldade que teria para fechar um pequeno
70 contrato com cada município, e que é mais fácil uma empresa contratar os trabalhadores. O Sr. Virgílio Furtado
71 (AMPAR) questionou a elaboração do Edital, e comentou que o projeto de Minas Gerais tem uma
72 peculiaridade, é focado em Produtor de Águas. O Sr. André Marques (AGEVAP) explicou que o edital estava
73 pronto quando ele chegou na AGEVAP, e ele juntamente com o Sr. Vinícius Soares, responsável pela
74 elaboração inicial do edital, conversaram para adequar o documento. O Sr. Virgílio Furtado (AMPAR) lembrou
75 que dois estados fizeram a apresentação e mostraram seus editais, e Minas Gerais apresentou depois. Perguntou
76 se o Sr. Vinícius Soares, quando elaborou esse edital leu o documento dos três estados, compilando em um
77 único documento as contribuições apresentadas. Expôs sua opinião dizendo que defende um edital para a Bacia.
78 Comentou a respeito da hierarquização, que de acordo com o Código Florestal, existem prazos, e que o
79 norteador é a lei maior que foi sancionada pela Presidência da República. Disse que o edital elaborado por
80 Minas a dois atrás apresenta uma questão importante; tem que disputar o edital o município que tem vontade
81 política de participar do programa. A TNC, por exemplo, está muito distante de Minas Gerais, ela tem que ir lá
82 fazer as parcerias mineiras. Concluiu falando que para obter sucesso será necessário estudar e identificar o que
83 tem que ser levado para cada região. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) comentou que o Comitê até agora não
84 destinou recurso porque ele está definindo critérios básicos. Em sua opinião, não existe Produtor de Água, existe
85 a Conservação de Água. Sugeriu que não se trabalhe com o conceito Produtor de Água porque é um conceito
86 equivocado. O Sr. Luis Felipe Cesar (Crescente Fértil) relatou que participou de um trabalho onde fez o
87 diagnóstico de uma área na região onde foi consolidado um banco de dados de áreas surpreendente. Com base
88 nessa experiência, é fundamental que seja considerado o conhecimento da Bacia como critério para garantir que
89 o projeto seja bem realista e condizente com a região. Outro aspecto é considerar o nível de impacto do
90 manancial. É fundamental também que o projeto busque a contribuir com a legislação do código do produtor. A
91 Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! Nossa Vida) parabenizou o Sr. André Marques por ter resgatado e
92 dado andamento aos projetos. Tem muitas deliberações paradas, sugeriu que a AGEVAP levante dentro das 200
93 deliberações o que está sendo dado andamento, gerando um relatório de situação destas deliberações. O Sr.
94 Virgílio Furtado (AMPAR) fez um questionamento relacionado ao Código Florestal Estadual, no sentido de
95 verificar se todos estão aprovados. O Sr. André Marques (AGEVAP) falou que se está atendendo o Código
96 Nacional Federal e está atendendo o estadual também, que tem por base o nacional. Informou que irá divulgar
97 em janeiro de 2014 o planejamento de todas as ações pendentes com prazos para a conclusão. O Sr. Leonardo
98 Fernandes (INEA) falou que seria interessante fazer um envolvimento entre produtor rural e o programa, para
99 gerar confiança. Padronizar muito os valores seria uma dificuldade porque os custos de oportunidades não são
100 únicos, a maioria das propriedades estão irregulares, então qual seria o filtro nesse caso, em função do custo
101 para regularizar todas. O Sr. João Gomes (UENF) comentou que o papel do CEIVAP seria de nivelamento das
102 pessoas e recursos. Quanto a aplicação da lei, não vai ser de imediato, nem com tanta eficiência, o
103 desenvolvimento do programa vai criar essas condições. A região noroeste do estado do Rio de Janeiro tem uma
104 vocação para esse programa, sugeriu que a TNC faça uma explanação no COSEMA, e que seja contemplada
105 essa área, na forma de nivelamento como um todo. A Sra. Alexandra (Instituto Oikos) comentou que o Oikos,
106 com a parceria de várias instituições da região está começando a definir o PSA para o trecho paulista da Bacia.
107 Tem como atribuição definir as áreas prioritárias, com a parceria do ITA, definir as diretrizes técnicas, definir
108 serviços ambientais, estudos regionais econômicos, para ter uma base mínima para definir, para verificar o custo
109 de oportunidade, para analisar quanto o programa deveria pagar, as legislações vigentes, definir também o
110 arranjo institucional, avaliação de possíveis fontes de recursos econômicos, trazendo para discussão os
111 municípios que já tem experiência de implantação, para incorporar as experiências dos municípios. É muito
112 importante ver a visão do CEIVAP para a Bacia, para também incorporar no projeto do Oikos. Complementou
113 dizendo que em maio de 2014 será realizado um Seminário Regional de PSA, para aprofundar essa conversa
114 setorial. O Sr. Deivid de Oliveira (FIEMG) apresentou a sugestão de fazer uma reunião da Diretoria do CEIVAP
115 com a coordenação da CTC, a fim de definir prazos para os trabalhos, para podermos construir juntos um
116 planejamento para 2014. Citou que como membro, reconhece que muitas das vezes a culpa não é da AGEVAP.
117 O Sr. Matheus Cremonese (PREA) contou que em Juiz de Fora, ele e o Sr. Paulo Valverde foram chamados
118 para contribuir para a minuta da legislação municipal sobre PSA, e que esta minuta já foi encaminhada para a
119 Câmara Municipal. Foi citado que o edital tem que ter uma legislação estadual, e em tempo, questionou sobre o
120 município que já possui. O Sr. Paulo Valverde (Cesama) concordou com o Sr. Virgílio Furtado (AMPAR) em
121 relação à questão da vontade política, e a questão de linha de corte para equilibrar o processo. Sobre a fala da
122 Sra. Zeila Piotto quanto ao termo “Produtor de Água”, concordou que tecnicamente não está correto, mas como
123 nome fantasia poderia ser usado. Quanto a lei, comentou que depende da Câmara Municipal, que deve haver a
124 lei aprovada no momento de inscrição no edital do PSA, pois esta lei aprovada já demonstra conhecimento
125 sobre o assunto e vontade política de participar de uma ação dessa natureza. A Sra. Zeila Piotto (CIESP
126 Taubaté) ressaltou que a definição de conceitos é importante porque a questão de PSA ainda está sendo

127 regulamentada e consolidada, e se for trabalhar com conceitos errados isso gera desdobramentos inadequados.
128 Complementou explicando que água não se produz, é ciclo hidrológico, e que portanto o título “Produtor de
129 Água” não é adequado. Sugeriu manter a coerência e continuar com a nomenclatura PSA, que foi o aprovado
130 pelo CEIVAP. O Sr. André Marques (AGEVAP) sugeriu deixar a discussão sobre leis para o GT, e expôs que
131 sua ideia é concluir o edital em janeiro de 2014 e fechar datas para cumprir as metas, lavando em consideração
132 prazos para o desembolso. **ENCAMINHAMENTO** – *Foi criado no âmbito da Câmara Técnica Consultiva do*
133 *CEIVAP o Grupo de Trabalho sobre PSA composto pelos seguintes membros: Sr. Roberto Machado (Instituto*
134 *Rio Carioca), Sr. Eduardo Schlaepfer (CEDAE), Sr. Leonardo Fernandes (INEA), Sr. Humberto Dias (Barra do*
135 *Piraí), Sr. Matheus Cremonese (PREA), Sr. Renato Veneziani (Sabesp), Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso*
136 *Vale! Nossa Vida), Sr. Paulo Valverde (Cesama) e Sr. Virgílio Furtado (AMPAR) com participação virtual; e*
137 *como convidados: Sr Hendrick Mansur (TNC) que será o Coordenador do GT, Sr. Luis Felipe Cesar (Crescente*
138 *Fértil), Sra. Letícia (ICMBio). Em tempo, marcaram uma reunião para o dia 16 de dezembro, às 10 horas, na*
139 *sede da AGEVAP.* O Coordenador da CTC informou que a minuta do Edital será enviado até o final do dia para
140 o GT e convidados, e a finalidade do grupo é aprimorar este Edital. Destacou que posteriormente haverá a
141 formação de um GT no âmbito da plenária do CEIVAP com a atribuição de acompanhamento do PSA. O Sr.
142 André Marques (AGEVAP) sugeriu marcar uma reunião em meados de janeiro de 2014 para finalizar o Edital e
143 realizar a sua publicação. **ITEM 3: GT Monitoramento da Qualidade de Águas** – O Sr. Paulo Valverde
144 (Cesama) recapitulou os fatos explicando como o assunto foi colocado em pauta para apresentação da Agência
145 Nacional de Águas e discussão da Câmara Técnica. O Sr. Ricardo Brasil (ANA) iniciou sua apresentação
146 referente ao Monitoramento de Qualidade de Águas. Falou sobre o monitoramento semi-automático da
147 qualidade da água da Bacia do rio Paraíba do Sul, explicando que em um ponto o observador faz a medição e
148 esse dado é enviado por celular, chega à sede da ANA, e esse dado é alimentado no Hidroweb (dentro do site da
149 ANA) com alerta. Destacou a relevância de discutir uma Proposta de inclusão de bioindicadores e
150 biomonitoramento no programa, levando em consideração os níveis de estudo no biomonitoramento, método
151 top-down, método botton-up. Em tempo comentou sobre o desafio que será essa normatização. O Sr. Paulo
152 Valverde (Cesama) comentou sobre a resolução 399/2004 da ANA que impactou diretamente o Rio Paraíba do Sul,
153 que continua de domínio da União entre a foz do Rio do Peixe e a foz no Rio Paraíba do Sul. Passou para o
154 domínio do Estado de Minas Gerais desde a sua nascente até a foz do Rio do Peixe. E que o Rio do Peixe era de
155 domínio do Estado de Minas Gerais e passou para o domínio da União. Comentou ainda sobre o “Águas de
156 Minas”, de responsabilidade do IGAM, que monitora a qualidade da água nos principais cursos d’água do
157 Estado de Minas Gerais. O Sr. João Gomes (UENF) citou que em Campos dos Goytacazes há problemas
158 relacionados a intrusão salina e que isso pode ser verificado visualmente. Questionou se há perspectivas de
159 ampliar essas ações de monitoramento. O Sr. Ricardo Brasil (ANA) disse que a etapa que está se passando
160 agora é de discutir o programa, e a participação dos entes são fundamentais para que isso aconteça, tanto o
161 IGAM quanto o INEA, são importantes e as participações vão gerar uma sinergia. É necessário estreitar os laços
162 com os órgãos estaduais para entender como e o que está sendo feito. Explicou que, com relação aos pontos
163 mais próximos da foz, intrusão salina pode ser um problema, principalmente por causa dos pescadores.
164 Destacou a importância de interesse social e utilidade pública, dizendo que é interessante para ANA realizar o
165 estudo, mas antes é necessário fazer um desenho amostral. O Sr. Elias (APA da Mantiqueira) se manifestou
166 dizendo que a academia está longe de transformar o conhecimento e trazer para a comunidade, e que é
167 importante aproximar a academia e saber que existem órgãos atuantes nesta linha de estudo. Destacou que é
168 extrema importância que todos se unam com um objetivo coletivo. Falou sobre os bioindicadores na plantação
169 de arroz, trabalho realizado por um representante da APA. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) pediu mais
170 informações sobre o programa, questionando se já está estruturado ou está só na fase de refinamento. Comentou
171 que o Grupo de Trabalho de Articulação Institucional do CEIVAP começou uma discussão sobre o referido
172 assunto, lembrou que antes de alocar os pontos de monitoramento, outras questões deveriam ser definidas, mas
173 pontuou dizendo que o biomonitoramento é fundamental. O Sr. Ricardo Brasil (ANA) falou que está dentro dos
174 desafios da ANA aproximar Cientistas e Gestores, e que a academia tem muito mais a contribuir. Explicou que
175 estão em uma fase estratégica na ANA, e principalmente em relação ao rio Paraíba do Sul. Esclareceu que esse
176 programa de monitoramento é um tipo de PNGA, programa com objetivos nacionais. A rede de qualidade da
177 água tem uma tendência de adensamento para trazer uma informação mais consolidada para os Órgãos Gestores.
178 Disse que o programa de monitoramento é um desenho para o Paraíba do Sul. Prosseguiu citando que o
179 CEIVAP tem subsídios para apoiar a ANA nesse projeto, uma vez que a ANA não faz nada sozinha, e está
180 contando com o auxílio do Comitê na execução dos programas. O Sr. Leonardo Fernandes (INEA) expôs sua
181 opinião falando que o assunto é muito importante, e por isso exige uma maior discussão. O Sr. André Marques
182 (AGEVAP) informou que a COHIDRO, empresa responsável pela revisão do Plano da Bacia do Paraíba do Sul,
183 pediu uma reunião com os órgãos gestores para definição dos pontos de controle, e essa reunião já aconteceu.
184 Foram analisados 21 pontos, sendo que para Minas Gerais e Rio de Janeiro estes já estão fechados, e para São
185 Paulo ainda não. Já existe um encaminhamento sobre o assunto, e inclusive está sendo conversado com a ANA
186 também, porque seria interessante realizar o monitoramento e manutenção do sistema com a ANA. O Sr.
187 Leonardo Fernandes (INEA) questionou o objetivo que a ANA quer atingir e qual o horizonte para o mesmo. O
188 Sr. Ricardo Brasil (ANA) falou com relação a discussão dos órgãos gestores, de que forma esses pontos de
189 controle podem ser agregados. O Sr. André Marques (AGEVAP) citou que os órgãos gestores querem diminuir

190 pontos de controle, dos 21 pontos foram aproveitados pontos onde já existe monitoramento, e incluídos alguns
191 iutros. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) perguntou em que exatamente o Comitê iria investir recurso. O Sr.
192 André Marques (AGEVAP) comunicou que a AGEVAP e ANA estão conversando porque isso foi colocado no
193 Plano de Aplicação Plurianual (PAP), mas em primeiro momento tem que haver discussões entre órgão gestores
194 e ANA. A Sra. Teresa Brazil (USP) parabenizou a ANA pela iniciativa, e manifestou sua expectativa positiva
195 quanto aos resultados. Comentou sobre a questão do monitoramento, dizendo que já foi muito conversada.
196 Sobre o programa, comentou que começa monitorando com quatro parâmetros, e questiona se isso é de fato
197 monitoramento, uma vez que com isso não se mostra a qualidade da água. Concluiu dizendo que monitorar rio,
198 bacia, não pode só pensar na coluna de água, tem que pensar em seguimento. Os equipamentos automáticos
199 envolvem a questão da manutenção, que tem que ser rápida e constante para agilizar o trabalho e com isso gerar
200 credibilidade. O Sr. Ricardo Brasil (ANA) citou que essa é uma oportunidade única de avançar no
201 monitoramento do rio Paraíba do Sul, e que a intervenção da ANA é uma boa oportunidade para ser
202 aproveitada, uma vez que eles podem somar junto ao Comitê e dar passos além. A Sra. Zeila Piotto (CIESP
203 Taubaté) expôs seu ponto de vista falando que o instrumento do Comitê é o Plano de Bacia, e que
204 manifestações e recomendações tem que estar agregadas ao Plano, tudo de maneira formal. O Sr. Paulo
205 Valverde (Cesama) agradeceu ao Sr. Ricardo Brasil (ANA) pela disposição de vir até a CTC realizar a
206 apresentação e a Sra. Teresa Brazil (USP) pela indicação. Explicou que o tema foi pautado, a princípio como
207 GT de Monitoramento, mas não seria ideal criar esse Grupo de Trabalho neste momento. O Grupo de Trabalho
208 de Articulação Institucional do CEIVAP consegue atender essa demanda, para aperfeiçoar o produto referente
209 ao monitoramento. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida) sugeriu marcar uma reunião do
210 GTAI entre os dias 13 a 15 de janeiro de 2014. **ITEM 4: Apresentação da proposta de manutenção dos**
211 **valores pelo uso da água e o índice de reajuste** – O Sr. Paulo Valverde (Cesama) fez um breve relato
212 contando que esse assunto já havia sido discutido na gestão anterior da CTC, e que na ocasião, os membros
213 definiram que não deveria haver índice reajuste, e fizeram até propostas relacionadas à agricultura e
214 saneamento. Continuou a explicação lembrando que o item foi colocado em pauta na última reunião plenária do
215 CEIVAP, realizada no mês de novembro de 2013, onde foi apresentada uma proposta de alteração dos valores
216 cobrados pelo uso da água e a definição do índice de reajuste, tudo fora do contexto do que já havia sido
217 definido anteriormente pela Câmara Técnica. Em tempo, o Coordenador da CTC solicitou à AGEVAP uma
218 contextualização sobre a questão, um conjunto de informação para nortear a discussão, detalhando o que está
219 sendo exigido por lei ou deliberação e prazos para as contribuições. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale!
220 A Nossa Vida) comentou que a informação foi que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), de
221 acordo com uma carta que havia sido enviada à Diretoria da gestão anterior do CEIVAP, solicitou uma
222 definição relacionada à essa temática que deveria ser encaminhada ao Conselho até dezembro de 2013. Em
223 função dessa solicitação do CNRH a Deliberação foi elaborada e pautada na última reunião do Comitê. A Sra.
224 Aline Alvarenga (AGEVAP) sugeriu o agendamento de uma reunião entre Diretoria do CEIVAP, CTC e
225 AGEVAP no intuito de alinhar as idéias e entrar em acordo sobre como proceder em relação ao assunto. O Sr.
226 Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) citou que esse trabalho foi muito discutido no âmbito da Câmara
227 Técnica em 2012, onde foram criados até Grupos de Trabalho para discussões específicas, e não haveria
228 necessidade de rever tudo, uma vez que já foram iniciadas discussões. Destacou que seria ideal retomar a
229 questão de onde ela parou. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) destacou que é necessário separar o que é
230 demanda do CNRH para o Comitê, ressaltando que há três demandas específicas: Relatório de Avaliação da
231 Cobrança (o produto foi entregue.); Resolução 150 que dispõe sobre a reavaliação de mecanismos de valores
232 para transposição (foi enviada uma carta ao CNRH pela antiga diretoria do Comitê informando que essa
233 demanda seria atendida até dezembro de 2013. O prazo já está vencido.) Em tempo, disse que o importante no
234 momento é discutir as prioridades e a diretoria do CEIVAP se manifestar embasada nas discussões da CTC.
235 **ENCAMINHAMENTO** – A AGEVAP deverá informar a Diretoria do CEIVAP sobre a questão do prazo para
236 atendimento a Resolução 150 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, recomendando que a forma de
237 atendimento do prazo seja discutido na Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP antes de ser proposta. A Sra.
238 Zeila Piotto (CIESP Taubaté) pontuou o assunto dizendo que a recomendação da Câmara Técnica Consultiva do
239 CEIVAP é que seja enviado um ofício para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) justificando o
240 não cumprimento do prazo estabelecido para envio e informando o novo prazo, que será definido no âmbito do
241 Comitê, até o dia 31 de março de 2014. Caberá a CTC a proposta de cronograma para revisão do índice de
242 reajuste. O Sr. Deivid de Oliveira (FIEMG) ressaltou sua insatisfação quanto ao fato da diretoria do CEIVAP ter
243 pautado determinado assunto em reunião plenária sem comunicar previamente a Câmara Técnica, e também o
244 fato do documento para análise ter sido enviado um dia antes da reunião, além de descumprimento do
245 Regimento Interno, foi uma falta de respeito dada a importância do assunto pautado. **ITEM 5: Calendário de**
246 **reuniões para 2014** – O Coordenador da CTC solicitou à AGEVAP verificar com a equipe de
247 acompanhamento do Plano de Bacia e com a COHIDRO as datas para análise dos produtos do Plano. As
248 demais reuniões da Câmara Técnica foram marcadas, sujeitas a alteração, nas seguintes datas: **04/02/2014** para
249 discussão do cronograma para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e aguardando para saber a situação
250 do Plano de Bacia, havendo produtos para análise serão marcados dois dias de reunião em fevereiro;
251 **06/05/2014; 05/08/2014 e; 04/11/2014. ITEM 6: Assuntos Gerais** – O Sr. André Marques (AGEVAP) falou
252 sobre o andamento do Plano de Bacia, informando que houve uma conversa com a empresa Continental, onde

253 foi acordada a alteração da metodologia de trabalho. Os produtos da COHIDRO só serão revisados depois de
254 passados pela revisão e correção feitas pela Continental. Foi acordado ainda que a COHIDRO terá de apresentar
255 uma reprogramação dos produtos não aprovados, e o não cumprimento de prazos acarretará multas a empresa. O
256 Sr. Virgílio Furtado (AMPAR) sugeriu, para o próximo ano, que as Reuniões Ordinárias da Câmara Técnica
257 sejam itinerantes, fazendo rodízio nos três estados. Ressaltou que as reuniões referentes ao Plano de Bacia
258 devem ser realizadas na sede do Comitê, mas a questão da realização das reuniões itinerantes deveria ser
259 retomada, e que a CTC poderia discutir a possibilidade. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) informou que vai
260 consultar o Regimento Interno para ver as possibilidades e em seguida dar um retorno para os membros. A Sra.
261 Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida) comunicou que há poucos dias foi lançada a Frente
262 Parlamentar em Defesa do Rio Paraíba do Sul, e foi criado o Fórum em Defesa do Rio Paraíba do Sul, a fim de
263 promover discussões a cerca da temática Transposição. Disse ainda que, em fevereiro de 2014 acontecerá uma
264 reunião, para conversar sobre a realização de um evento, e os representantes da Frente Parlamentar e do fórum
265 irão solicitar um representante do CEIVAP. O Sr. Matheus Cremonese (PREA) informou que no último dia 21
266 de novembro, em reunião do CBH Preto e Paraibuna, houve a aprovação da AGEVAP para ser equiparada como
267 Agência de Bacia do Comitê Preto e Paraibuna, e também a aprovação da minuta de critérios de cobrança do
268 Comitê. Em tempo, a Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) disse que foi enviado um e-mail para todos os
269 associados da AGEVAP a respeito de alterações no Estatuto, para o envio de sugestões. Não havendo mais nada
270 a tratar, o Coordenador deu por encerrada a 3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP,
271 agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada por mim, Raíssa Galdino, Secretária *ad hoc*, e,
272 depois de aprovada, foi assinada pelo Coordenador da CTC, Sr. Paulo Afonso Valverde Júnior, que presidiu a
273 reunião.

274
275
276
277
278
279
280

Resende, 12 de dezembro de 2013.

Paulo Afonso Valverde Júnior
Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP